GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 176ª REUNIÃO

Às dez e trinta horas do dia 02 de maio de dois mil e vinte e três, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 5º andar, na Capital do Estado, ocorreu a 176ª Reunião do Conselho Superior do Fecam. Estavam presentes o Sr. Filipe Alves da Silva Mendes Subsecretário Executivo da Seas, o Sr. Philipe Campello, Vice-Presidente do Conselho Superior do Fecam representante do INEA, o representante da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan o Conselheiro titular Jorge Vicente Peron, o Conselheiro Suplente da Sefaz. Sr. Allan Cristiano dos Santos comunicou que não poderia comparecer por motivo de reunião na Sefaz, o Sr. Marcus Wolfjdunell Budzynkz representante suplente da Apedema e o representante titular da Apedema o Sr. Márcio Ferreira Aguiar, os Conselheiros titular Raphael Gonçalves de Carvalho e a suplente Diana Christovam de Moura da Seplag. Participaram ainda, desta Reunião, a Sra. Letícia Alves dos Santos, Superintendente da Supfip/Seas, interina, a Sra. Kamylla Ribeiro Machado, Coordenadora do Fecam, e as Sras. Gabriela Carrero Ribeiro e Eliana Cardoso de Almeida e o Sr. José Luis Filho, todos da Coofecam/Supfip/Seas, e ainda, o Sr. Ricardo Rosado Oliveira Gerente de Projetos da Dirram/Inea e o Sr. Daniel Oliveira Diretor da Dirram/Inea, as Sras. Irlaine S. Cidade e Giselle de Sá Muniz da Seas/Subrhsa e a Sra. Adriana Bocaiuva Coordenadora do Forum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas. O Sr. Filipe Alves inicia a reunião cumprimentando a todos, passando para o **item 1 da pauta** – **Informe sobre o novo representante da Associação Permanente das Entidades de Meio Ambiente - Apedema na composição do Conselho.** O Sr. Filipe cumprimenta dando boas-vindas ao Sr. Márcio Ferreira Aguiar representante da Apedema. O Sr. Márcio Ferreira, Conselheiro Titular da Apedema agradece a receptividade esperando contribuir nas análises dos projetos apresentados em futuras reuniões deste Conselho. Prosseguindo, o Sr. Filipe passa ao **item 2 - Deliberação da ata 175ª Reunião do Conselho Superior do Fecam**, abrindo para discussão aos Conselheiros e não havendo manifestação abre para votação por parte dos Conselheiros, considerando, então, a ata aprovada. Continuando, passa para o **item 3 – Deliberação de novos projetos - Item 3.1 Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Projeto Executivo e Complementação das Obras de Macrodrenagem nas Bacias do Rio Imboaçu – São Gonçalo" – Valor: R$ 171.277.074,55 – Prazo: 18 meses – Processo: SEI-070002/008486/2023.** O Sr. Filipe passa a palavra para o Sr. Daniel Oliveira, Diretor da Dirram/Inea que informa que o Sr. Ricardo Oliveira Gerente de Projetos da Dirram/Inea fará a apresentação do projeto, informando que o mesmo participa presencialmente da reunião, mas que qualquer informação adicional poderá contribuir. O Sr. Ricardo inicia sua apresentação informando que o objeto do contrato é a revisão dos projetos executivos que já existem e a complementação das obras de melhoria e macrodrenagem da bacia do Rio Imboaçu no município de São Gonçalo. Em 2013/2014 o Inea executou obras neste rio, não concluídas, financiadas pela CAIXA e devido a questões de verba do Governo Federal o Termo de Compromisso foi cancelado e agora a Dirram está propondo a complementação dessas obras. As intervenções que seriam feitas eram bem complexas havendo então a mudança do projeto. O projeto executivo na época era para retirada de pessoas e devido à questão financeira não teve seguimento não sendo concluído. Então, devido o tempo passado, a Dirram pretende fazer a revisão dos projetos e conseguir terminar a obra. Em seguida, o Gerente Ricardo mostra o trecho das intervenções que vai da nascente do rio Imboaçu até a foz na baía de Guanabara, mais ou menos nove quilômetros de intervenção. Continuando, informa que o município de São Gonçalo é localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 25 km da Capital. A bacia do Rio Imboaçu abrange uma área de 12,6 km^2 e está inserida na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (RH V). Apresenta uma área ambientalmente bastante degradada com uma ocupação muito irregular do solo, com muitas edificações próximas as margens que acaba causando transtorno no escoamento desse corpo hídrico. Existe, também, muito lançamento de esgoto sanitário. O Inea não faz intervenções no saneamento básico, faz as intervenções de esgoto sanitário nas adjacências das intervenções de canalização

preparando o local para receber algumas redes e o esgoto não ser jogado diretamente no rio. Esse preparo só é feito no entorno, a rede de saneamento fica por conta as concessionárias de saneamento básico. A cidade de São Gonçalo se divide em cinco distritos: Sede, Ipiíba, Monjolos, Neves e Sete Pontes. O Rio Imboaçu nasce no Distrito de Sete Pontes, entre os morros do Mineiro e Vista Alegre. O Gerente Ricardo passa, então, para o diagnóstico ambiental: crescimento urbano desordenado e explosão populacional; os corpos hídricos poluídos e assoreados atraindo animais vetores de doenças; lançamentos de efluentes nos rios; presença de vegetação dentro das calhas dos rios. Prosseguindo, o objetivo geral é a contratação de empresa especializada para "elaboração de projeto executivo e complementação das obras de macrodrenagem da bacia do rio Imboaçu – São Gonçalo"; e os objetivos específicos: garantir melhoria e bem-estar dos usuários locais; melhorar o escoamento de drenagem urbana local; reduzir alagamentos e lançamento inadequado de resíduos; mitigar impactos causados por enchentes; melhorar a pavimentação local, valorizando o meio ambiente local. As atividades previstas são: plano de trabalho, serviços preliminares, trabalho técnico social, revisão e complementação da execução das obras e as built que é o cadastro dos serviços. Os serviços preliminares são: complementação dos levantamentos topográficos, planialtimétricos e cadastral; levantamentos topobatimétricos; complementação dos serviços de sondagens e estudos hidrológicos. A revisão e complementação do Projeto Executivo compreendem: projeto de locação e terraplanagem, projeto hidráulico/geométrico, projeto geotécnico/fundações, projeto da rede coletora de esgoto sanitário, projeto de urbanização/paisagismo, melhorando a macrodrenagem e o espaço. A execução das obras; locação e terraplanagem, serviço de desfazimento de moradias, contenção das margens, canalização, substituição de pontes e travessias, construção da barragem, urbanização/paisagismo. E por fim o As Built que é o conjunto de desenhos representativos de como efetivamente foram executadas as obras, incluindo eventuais modificações necessárias. Então os resultados esperados são: melhoria do acesso das vias e o saneamento da região e adjacências; melhoria da eficiência hidráulica e condições de drenagem e limpeza urbana; recuperação e restauração da função ecológica do corpo hídrico e proteção de suas margens para integrar questões ambientais e sociais; revitalizar a região da intervenção garantindo segurança e bem-estar; proporcionar lazer e atividades ao ar livre com espaços dotados de equipamentos adequados. A justificativa: mitigação dos efeitos da expansão urbana desordenada; alagamentos e enchentes; ineficiência da macrodrenagem e capacidade de drenagem da região; efeitos de precipitações; saneamento básico e esgoto sanitário. Realização das intervenções compreende: canalização, mesodrenagem; desfazimento; esgotamento sanitário, urbanização. Os investimentos totalizam R$ 171.277.074,55 no prazo de execução de 18 meses, finaliza o Gerente Ricardo. O Sr. Filipe agradece e abre para discussão do projeto. O Conselheiro Peron inicia com duas perguntas em relação a dois objetivos esperados, da questão da melhoria do escoamento e da melhoria da qualidade ambiental, que são necessários e muito pertinentes. Mas o que senti falta, diz o Conselheiro, foram os indicadores, para que se tenha a realidade, p.e., hoje o escoamento é x e a intenção com essa obra é passar a ser y, para que a obra depois possa ser avaliada em relação as sua efetividade e quando se fala da recuperação ambiental, e da possibilidade do projeto considerar também indicadores para a qualidade da água hoje, determinar os trechos do rio que tenham esse perfil hoje e um ano depois, ou meses depois da implantação do projeto que passam a ter esse perfil. Para que fique claro que aquela intervenção realizada provocou ou alcançou além dos objetivos propostos melhorias evidentes a partir de indicadores que possam ser mensuráveis. Não sei se tem a oportunidade ou possibilidade, continua o Conselheiro Peron, de incluir, e a equipe técnica do Inea ter a possibilidade de avaliar que melhores indicadores são esses até o momento de prestação de contas, quando o projeto retornar ao Fecam para prestar contas, o projeto foi executado e saiu dessa qualidade água para essa qualidade de água, e dessa velocidade de escoamento para essa velocidade de

escoamento. São indicadores objetivos que podem ser agregados para ficar fácil e depois comparar a partir desse investimento de 171 milhões o quanto que mudou essa realidade de macrodrenagem e qualidade ambiental. O Gerente Ricardo responde que com relação a parte hidráulica a questão do escoamento pode ser definida, com relação ao que existe hoje, os parâmetros técnicos e a previsão do que vai acontecer. O Presidente do Inea, Sr. Philipe Campello acrescenta que este projeto o foco dele é inundação, é determinado para melhorar a parte hidráulica do escoamento. São Gonçalo este ano viveu assim como outras cidades já viveram as mudanças climáticas, e que vão acontecer com mais frequência, mas aonde vai acontecer não se sabe, ora é em Petrópolis, esse ano foi em São Gonçalo, a parte de Palmeirinha, Itaoca, foram muito afetadas. São Gonçalo tem problema sério que não tem declividade, pode ser bom ou ruim. A cidade que tem declividade ela arrasta e com menos declividade ela enche, mas com as dificuldades de hidráulica, de escoamento, vai passar um mês da enchente e as casas ainda vão estar com água. São Gonçalo era um mangue continua o Presidente do Inea. Essa obra que foi idealizada em 2011 é uma obra para melhorar o escoamento do Iguaçu que vai ajudar o Alcântara e em algum momento o Alcântara também vai ter que ser realizado, que é uma microbacia lateral. É uma obra de hidráulica, é para mitigar áreas de inundação, para mitigar perdas materiais e eventualmente perdas de vidas. A qualidade da água que escoa ali vai ter que ser um trabalho de saneamento que o Inea tem por obrigação fiscalizar. Mas há muita clareza, muita transparência da minha parte, diz o Presidente do Inea, quem imaginou que uma concessão fosse resolver o problema do Rio de Janeiro em um ano. O saneamento básico pela experiência que s tem na Europa, Tâmisa, Sena, todos são fatores de longo prazo. Então, a ETE Alcântara vai ter que terminar e, ainda, tem uma grande ligação que tem que ser feita em São Gonçalo, que tem um índice pelo Trata Brasil muito ruim de tratamento sanitário, diferente da sua vizinha Niterói. Essa intervenção vai mostrar a diminuição da inundação, antes era assim, com uma intervenção hidráulica de TR 100 vai continuar extravasando, vai sair da calha, isso acontece no mundo inteiro, continua o Presidente do Inea, não se pode fazer uma obra esperando TR 500 senão inviabiliza morar no Rio de Janeiro, mas vai diminuir bastante o raio da inundação. O Conselheiro Peron diz que é uma possibilidade de agregar alguns indicadores, mesmo que não seja de qualidade da água, mas mostrar que o projeto tinha esta expectativa e alcançou esta expectativa. O Presidente do Inea completa, quantas unidades habitacionais deixarão de ser inundadas de ser inundadas, vamos usar esse orçamento para retirar tantas unidades habitacionais, isso é sempre estudado pela Dirram. O Conselheiro Peron pergunta se é só obra, não existe a opção de fazer desapropriação. O gerente Ricardo responde que existe sim a desapropriação neste projeto. O Conselheiro Márcio da Apedema cumprimenta a todos, e diz que fez algumas ponderações mais ou menos na linha do Conselheiro Peron e fica claro que o que está escrito pode gerar algumas confusões, principalmente a questão do saneamento que denota no anexo do projeto que tem algumas questões que beneficiariam o saneamento. Talvez por isso essa colocação do representante da Firjan. Além dessas intervenções, ficou claro com as explicações do representante da área, que a intenção principal não é o saneamento e mesmo que fosse seria só a preparação para o saneamento, fica claro. Mas no anexo não deixa claro, e gostaria de fazer algumas ponderações, continua o Conselheiro da Apedema, com relação a itens que considero importantes, inclusive na formação de custos. Recebemos uma planilha, mas não diz como foi a formação dos custos, os critérios de reajustamento utilizados, posto que o projeto é longo. Outra questão, prossegue, pode-se fazer essas intervenções que não são saneamento mas que preparam para o saneamento, e não há uma citação ao bloco um da qual pertence São Gonçalo com relação ao plano diretor da AEGEA, Águas do Rio, que ganhou a concessão e que o bloco um São Gonçalo integra o órgão no site de 17 de agosto de 2021, no sítio eletrônico da Prefeitura que informa que serão investidos 750 milhões nos próximos cinco anos. Segundo o caderno de encargos da concessão, as empresas vencedoras do processo de concessão deveriam no prazo de 18 meses, a partir da cessão do serviço apresentar um

plano diretor que abrangeria tudo o que ele propõe a fazer em todas as áreas abrangidas na concessão. A Agenersa teria um prazo de 90 dias para se manifestar e não o fazendo o plano diretor estaria aprovado pelo silêncio da Agência reguladora. Mais ou menos também na linha do Peron, continua, é a questão do investimento de 171 milhões, e todo investimento por mais simples que seja tem uma taxa interna de retorno e os projetos sociais não pedem taxa interna de retorno, mas existem vários indicativos de uma taxa de retorno social que mais ou menos abrangeria a preocupação do Peron com relação ao benefício dessa intervenção de 171 milhões de recursos públicos que retornariam para as comunidades beneficiadas pelo projeto. A taxa interna de retorno social é um balizador importante para a decisão deste Conselho. Outra questão, diz o Conselheiro Márcio, é com relação, e que está consignado, é que são 700 moradias a serem retiradas. Já existe uma ação judicial, não foi iniciada a ação judicial, para onde vão essas famílias, vão receber aluguel social? São 700 residências, quantas famílias, quantas pessoas vão ser atingidas? E no segundo momento, é que os projetos do Fecam têm que estar vinculados aos planos diretores das prefeituras e aos programas de governo. E continuamos sem saber, diz o Conselheiro, se a Prefeitura de São Gonçalo tem alguma ação para aquela região foco do projeto e também insisto, agora com direito a voto, e reafirmo a necessidade da prefeitura se manifestar com relação a manutenção que vai gerar um custo do parque instalado. Então, num primeiro momento estamos falando só em limpeza de rio e preparação para drenagem. Mas a drenagem por mais bem executada, se não conseguir reduzir, minimizar ou mitigar o lançamento de lixo, detritos, resíduos no rio não se terá sucesso na empreitada. São essas as minhas, muitas, ponderações, finaliza o Conselheiro Márcio, mas o primordial é que sejam apresentadas no futuro as taxas internas de retorno social e como é que está o questionamento dessas 700 residências a serem desapropriadas conforme consta do anexo disponibilizado, conclui o Conselheiro. O Gerente Ricardo responde que com relação à taxa de retorno poderá ser acrescentada na proposta. Quanto às residências já existe um cadastro para iniciar o processo dessas desapropriações. É proposto um decreto de desapropriação. O diretor da Dirram Daniel Oliveira pede a palavra para explicar ao Conselheiro Márcio as suas colocações e esclarecer esses quesitos. Em relação ao orçamento das obras aos índices de reajustamento, como a Dirram formula para conseguir chegar a esse custo. Este projeto antigo continua, o projeto básico foi desenvolvido em 2011/2013, foi executado parte dessa obra, ou seja, as empresas que foram contratadas à época já desenvolveram um projeto. Só que a realidade agora do município é outra. E um fator que impacta bastante é o crescimento desordenado. São Gonçalo é um dos municípios mais adensados do ERJ. Tem muita casa na beira do rio, com casas construídas em cima de onde passa o rio. A Dirram está atualizando o cadastro dessas pessoas que estão impactadas diretamente. Uma situação que foi observada no rio Imboaçu, por exemplo, agora é um momento de estiagem, as pessoas olham o rio passando como um filete d'água. Quando vem a chuva no verão, inunda a cidade inteira de São Gonçalo, por ser a última cidade, uma cidade da Baixada e conectada na baía de Guanabara. Então, a Dirram pretende aumentar a capacidade de escoamento desse rio com algumas soluções integradas. Tem um barramento para segurar a vazão e canalizar o rio Imboaçu, de forma que o rio consiga escoar uma vazão projetada, meio que fazendo um parâmetro do que o Conselheiro Peron trouxe nesta reunião, como a Dirram consegue apresentar esse indicador. Isso é possível. Dá para ver qual a capacidade de escoamento do rio hoje, na sessão primitiva e qual a capacidade de escoamento do rio após a implementação da calha do rio. E em relação ao orçamento, inicia-se com o projeto, qual a sessão do rio, qual o tamanho da barragem. Utiliza-se os serviços com seus respectivos custos pela EMOP, empresa que é utilizada pelo Estado como fim de orçamentação pública e se formula o orçamento que totalizou esse valor. Em relação ao reajustamento, prossegue o diretor, por serem 18 meses de obra, a Dirram coloca critérios estabelecidos em lei a partir de um ano. A futura contratada tem direito ao reajustamento legal, a pleitear esse valor de atualização inflacionária e a taxa, o índice a ser utilizado a Dirram

segue a recomendação da Procuradoria Geral do Estado, que é a utilização de índices setoriais que representam a variação desses custos, que no presente caso índice de construção civil. A partir daí essa cláusula é colocada no edital de licitação e na cláusula de contrato, para que futuramente isso seja garantido como direito da futura contratada. Em relação a taxa de retorno social o que é bastante interessante, é a Dirram conseguir apresentar essas melhorias. A ideia principal deste projeto é mitigar os efeitos das enchentes. A região de São Gonçalo sofre muito justamente por isso, tem o rio, ele vem com a capacidade insuficiente de drenar, devido às casas que vão fechando, ao esgoto in natura no rio, acontecendo o processo de assoreamento. A ideia principal deste projeto e acabar com este tipo de problema, focar no problema de drenagem e ocorrendo uma chuva projetada naquela região não venha sofrer com inundações. Este é um projeto solicitado pela Prefeitura. A Prefeitura oficiou o Inea para que desse andamento a este projeto. Mas a notícia é sempre essa, choveu São Gonçalo transborda, entra água nas casas e as pessoas perdem tudo, móveis, todos os bens. Então, a expectativa é com a canalização desse rio e com o projeto evitar que isso aconteça focado na mitigação das inundações e transbordamentos da região. O benefício social é justamente o cadastramento de quem está em área de risco, área de inundação. Não tem o que se fazer se as pessoas estão dentro da calha, da cota cheia do rio, o que é feito é a retirada daquelas pessoas colocando numa situação adequada que é uma questão habitacional. A ideia do projeto é justamente essa, a taxa de retorno social é evitar que as pessoas sofram com inundações em regiões adjacentes ao rio Imboaçu, e as benfeitorias em relação ao local o que também a Dirram promove. É muito difícil pura e simplesmente fazer a canalização do rio e "deixar a obra pronta e largar", porque infelizmente são áreas que são sujeitas a criminalidade, crescimento desordenado e o que é observado é que as pessoas voltam a construir em áreas ribeirinhas, o processo se repete, só que agora com o rio canalizado. O que a Dirram promove é o replantio das árvores, criação dessas áreas lineares de parques, arruamento para que se evite o retorno de novas construções dentro da calha do rio e o rio não perca a capacidade de drenagem. A expectativa é trazer a melhoria para aquela região do rio Imboaçu. O Presidente do Inea bem colocou, diz o Sr. Daniel, a região de São Gonçalo tem vários rios que sofrem com esse problema, o rio Alcântara, o rio Marimbondo, o processo é semelhante, só que são obras caras, mas neste momento a intervenção é no rio Imboaçu, que é uma situação que está bem madura, o projeto já foi desenvolvido e já se tem o material para executar essa obra, conclui o diretor da Dirram. O Sr. Filipe agradece ao Sr. Daniel. Neste momento a Sra. Adriana Bocaiuva, cumprimenta a todos, perguntando se o parque linear está previsto dentro os valores do projeto. O Sr. Ricardo responde que ainda não tem a definição do local, mas as intervenções de humanização, o parque, estão previstas no projeto. A Sra. Adriana explica que tudo isso é aderente ao Plano de Bacia do Comitê da Baía de Guanabara e é uma questão que é importante pontuar. Foi comentado sobre os planos diretores municipais, mas também está aderente a tudo que está previsto como diretriz no plano de bacia do comitê da baía de Guanabara. A Conselheira suplente da Seplag pergunta se as desapropriações também estão dentro deste valor? O Sr. Ricardo responde que não estão dentro do valor do projeto. O Presidente do Inea informa que outros projetos no Fecam foram elaborados para a desapropriação. Responde, também, ao Conselheiro da Seplag que a suplementação do projeto executivo define quantas remoções vão ser feitas, que tipo de remoção, porque tem duas formas, construir e realocar pessoas ou indenizar. E o valor é determinado pela Procuradoria Geral do Estado e a pessoa opta por qual tipo que ser indenizada. Para o Inea é interessante a pessoa aceitar ser realocado para um lugar garantido, mais digno para morar. O que acontece, continua o Presidente do Inea, muitas dessas pessoas não querem ir para um lugar regularizado porque tem uma série de custos que não estão prontos para pagarem, os custos de água, condomínio. Então, algumas pessoas optam pela indenização. A Conselheira suplente da Seplag pergunta se pode utilizar os recursos do Fecam para essa indenização e o Presidente do Inea responde que sim, pode ser outro projeto ou complementação deste

projeto. O Conselheiro Márcio da Apedema diz que não escutou direito o que a Conselheira da Seplag disse, mas seria sore a indenização das famílias. Mas e toda forma como é que será iniciado após aprovação, iniciando-se as obras, e também não havia comentário com relação ao plano diretor apresentada pela AEGEA, mas iniciam-se as obras ou retiram-se as famílias no início, como é o processo? O Presidente do Inea responde que a primeira etapa do projeto é o projeto executivo, onde se termina a mancha de inundação, até onde vão ser retiradas as famílias. Antes do projeto executivo não se faz nada. O projeto executivo define quantas famílias serão retiradas, se a obra vai ser feitas em etapas. Muitas vezes tem uma etapa da obra que pode ser feita, que não tem nenhuma remoção, acelera-se a obra, sempre prejuízo à totalidade da obra. Então, a primeira etapa deste projeto definitivamente é o projeto executivo. Dalí sim quantas famílias são retiradas, o pessoal social do Inea vai para a rua saber como serão retiradas as famílias, se serão realocadas. Conforme o cronograma físico-financeiro da obra as famílias estarão na primeira etapa. O Conselheiro Márcio agradece. A Conselheira da Seplag pergunta, aprovado o projeto, o primeiro mês é a apresentação do projeto executivo, já começa este ano a execução do projeto? O Sr. Ricardo responde que a primeira meta é buscar recursos, fazer as metas, fazer a licitação. Não é rápido. Vai se dando prosseguimento, internamente, à questão dos cadastros para quando chegar a contratação do projeto executivo esses dados já forma levantados e o projeto executivo vai verificar a solução, o traçado. Só lembrando, diz o Presidente do Inea, que não está se partindo de um projeto zero, é um projeto de 2011 que já teve uma intervenção a montante, já foi executado parte do projeto. A Dirram está fazendo a complementação do projeto. Já foi atestada a performance do projeto nas áreas de intervenção esse ano foi grande prova disso. As várias intervenções feitas não foram tão afetadas se não tivessem tido aquelas intervenções. Então, já tem alguma coisa, alguma bibliografia da área. Não se está partindo do marco zero. A Conselheira diz que a Seplag faz a parte orçamentária, mas está com uma dificuldade de saber o que é passado, o que vai entrar agora a partir do que for aprovado. O Conselheiro Raphael da Seplag diz que tem uma preocupação com as aprovações do Conselho com um todo, de enxergar o que já tem aprovado, com a possibilidade de realização ainda este ano, e que aí se consegue ter um dado do orçamento do ano bem determinado e o que fica de saldo de compromissos para o próximo exercício. Um levantamento da Superintendência de Fundos, completa o Sr. Filipe de projetos paralisados, que não iniciaram ainda, os que já foram executados, posso dizer que muitos dos que estão hoje em execução, na realidade já terminou e está faltando algum detalhe relativo à prestação de contas. Então, tem muitos projetos em execução que não cabem na LOA, mas na realidade a legislação do Fecam é de 2003 que trata exclusivamente da prestação de contas. E está sendo proposto pela Superintendência e será submetida a este Conselho a regularização da apresentação da prestação de contas, melhorando para os setores e proponentes apresentar essas informações. E com isso se espera com essa deliberação e o Conselho aprovando, ter várias prestações de contas aprovadas por força da própria legislação. Neste momento, teríamos um trabalho bem detalhado para apresentar para Seplag em relação a esse problema. O Sr. Filipe passa a palavra para a Coordenadora do Fecam que explica que o Fecam quer adotar a apresentação da prestação de contas anual. No Relatório Anual do Fecam a Superintendência apresenta toda a execução do Fecam, tudo que aconteceu, mudança de legislação, qualquer mudança. A Superintendência apresenta o Relatório todo ano para o Conselho se manifestar com relação ao que foi executado pelo Fecam naquele ano. O Relatório de 2022 está sendo finalizado e em breve deve ser apresentado ao Conselho. A Conselheira da Sefaz explica que tem a informação hoje do que foi empenhado, mas não sabe e não tem a informação dos projetos aprovados. O Sr. Filipe explica que existem casos em que os projetos são aprovados no Fecam e o proponente não executa o projeto. A aprovação não quer dizer necessariamente que o projeto vai ser executado. A Coordenadora do Fecam informa que no ano passado foram cancelados 12 projetos que não tiveram execução. Existe uma deliberação Fecam que define providências para projetos aprovados pelo Conselho e

passíveis de cancelamento cuja execução tenha sido interrompida, ouvido previamente o proponente. O Conselheiro Márcio explica que seria aconselhável que elaborado o projeto executivo ele retornasse, porque a partir do projeto executivo o Conselho teria melhores condições de avaliação. Por enquanto existe uma questão ou outra, tem uma informação nova que foi da na reunião que este projeto é complementação de um projeto anterior com verba da CAIXA. Isso não consta do anexo, o que facilitaria a análise. Então, continua o Conselheiro da Apedema, gostaria de propor que toda vez que houver um projeto executivo, retorne depois de elaborado para que se conheça efetivamente o que vai ser executado. Então, fica minha proposta antes da votação. O Presidente do Inea esclarece que esta proposta é para ciência dos Conselheiros e não outra aprovação. O Conselheiro Márcio concorda afirmando que essa é a proposta. O Sr. Filipe, então, abre o projeto para aprovação, que é aprovado por todos os Conselheiros, mas o Conselheiro da Apedema aprova com os indicativos que foram feitos pelo Conselheiro. O Sr. Filipe passa para o próximo item da pauta: **item 4 - Deliberação sobre complementação do Projeto Fecam em execução – 4.1 – Proponente: SUBRHISA/SEAS – Projeto "Ambiente Jovem" – valor da complementação R$ 35.113.262,38 – valor anterior R$ 75.052.192,49 – valor atualizado R$ 110.052.192,49 – Processo: SEI-070026/001185/2023.** O Sr. Filipe passa a palavra para a Superintendente de Sustentabilidade Sra. Irlaine que vai apresentar a complementação do projeto no valor de 35 milhões de reais. A Superintendente cumprimenta a todos e inicia a apresentação informando que é um projeto que já tem um ano de execução com recursos Fecam. Antes de iniciar, prossegue, gostaria de informar para o que não estavam no Conselho na época da aprovação, que um projeto de educação ambiental, sócio ambiental, um trabalho que é feito dentro das comunidades, dentro do território, e foi implantado durante o período de um ano, 144 núcleos de pertencimento chamados de NUP. São ao todo 50 jovens por NUP e o objetivo na primeira fase era atingir 6000 jovens. Contudo existiu uma taxa de evasão que será comentada mais a frente. No geral são jovens de 16 a 24 anos no NUP assistindo aulas de educação ambiental básica chamada de fase 1, fase 2 que é o plano de intervenção local onde esses jovens saem para a comunidade para fazer um mapeamento sobre a questão ambiental daquele território, fazendo um plano de intervenção. Não são políticas públicas estruturantes, são questões ambientais básicas, questões de lixo principalmente na região metropolitana. Mas o foco além de ensinar é mostrar o objetivo da questão do projeto que é o meio ambiente, é fazer uma transformação, mudança de mentalidade, fazendo com que o jovem se responsabilize pela localidade, com movimento inverso do que faz o Estado indo não mais a localidade, sozinho, agora com os jovens fazendo a interferência. A fala de um jovem local junto a comunidade fazendo algum tipo de intervenção ou mudança continua a Superintendente. O projeto tinha a duração de 2 anos e agora solicitamos recursos para o aditivo, fazendo um breve comentário, um breve histórico. O projeto foi executado no período de 12 meses. O plano de trabalho tinha a implantação de 100 núcleos de pertencimento no período de 24 meses. Foi feito em um ano o número de 125, ou seja, foi feito número maior do que estava previsto com o recurso que foi aprovado. Alguns ajustes foram feitos para esta solicitação do aditivo do projeto que não compromete o objeto. O primeiro deles é o valor da bolsa do aluno que está sendo alterado no valor de 200 reais para 300 reais. A segunda alteração é o tempo do curso que está ajustado para seis meses e não mais nove meses, então, uma turma de um NUP vai ter a duração de seis meses. Foi verificado, prossegue, que o plano de intervenção pode ser realizado em três meses e não em seis meses, como estava sendo feito dentro das comunidades, melhorando a facilidade da intervenção. E como o projeto no primeiro ano foi praticamente um projeto experimental e a baixa complexidade operacional dos planos. O novo formato vai atender 12.500 jovens no total com o valor da complementação solicitada para esse novo ciclo de R$ 35.113.262,38. Ainda existe um saldo remanescente que não foi totalmente utilizado, o valor foi economizado na licitação e na execução, ou seja, teve uma economicidade na licitação. Os recursos não utilizados tiveram os empenhos cancelados. Um breve panorama sobre o que foi

o projeto, explica a Superintendente, tem a ideia de prestar contas para os Conselheiros sobre o que foi executado do projeto, as mudanças, as lições aprendidas. A Superintendente mostra um mapa dos núcleos de pertencimento no ERJ. Foram implantados núcleos no total de 125 de uma só vez, na fase 1 – 40, fase 2 – 29, fase 3 – 31, fase 4 – **FMA 17** e fase 5 – 25, o total de alunos atendidos. Como a capacidade inicial era de 6000 jovens, foram atendidos 5.438 alunos, contando com a taxa de evasão que chega a mais ou menos 10%. Esses foram os alunos que chamamos de ativos no programa. São os alunos que estão com frequência feita por biometria. Tem um sistema integrado do Ambiente Jovem onde se acompanha uma aula além da presença. O Ciclo 1 foi de educação ambiental básica, os jovens receberam a apostila com material para ter um mínimo de conhecimento do que é reciclagem, do que é recurso hídrico, saneamento ambiental, saneamento básico. Aprenderam também sobre os tipos de bioma, fizeram técnicas que durou um período de quatro meses e no restante do período fizeram oficinas e os planos de intervenção – Ciclo 2. Os jovens tiveram oficinas voltadas para música e reaproveitamento de material, principalmente para percussão. Montaram um estúdio só com material reciclado, montaram uma mesa de som com resíduos eletrônicos. Tiveram, também, os planos de intervenção, o aluno andava pela comunidade, principalmente nas regiões mais carentes as questões principais eram praças, resíduos, foram instalados ecopontos, intervenções do tipo horta, revitalização, reflorestamento, foram 144 planos. Em seguida, a Superintendente mostra alguns vídeos com ações que mostram o projeto, por exemplo, na comunidade João XXIII em parceria com uma cooperativa de costureiras. A oficina foi um espaço cedido pela Cooperativa. Além do projeto e do que tinha sido empenhado no plano de trabalho vieram parcerias de cooperativas locais, com padarias, com farmácias, com o supermercado do bairro, associação dos moradores, doando material para campanhas, brechós doando muito material para fazer roupas, modelagem, oficinas de ecobrinquedos, sabão sustentável. Ações também de limpeza, limpeza de manguezal como o manguezal de Guaratiba, ações de reflorestamento. Oficinas de ecomoda, neste momento, a Superintendente apresente um relatório fotográfico das diversas oficinas e alguns vídeos dos jovens interagindo nas diversas atividades. A Superintendente continua relatando sobre as pesquisas dos jovens, antes e depois, selecionando resultados, o que deu certo o que deu errado. A questão da segurança, muita localidade com tiroteio, muitas aulas suspensas, repor as aulas era sempre um desafio. No primeiro momento da educação básica, não se imaginava, diz a Superintendente, que iria encontrar jovens há muito tempo fora da sala de aula. Foi colocado um módulo de sociabilidade falando sobre questões de convivência. Meninas que são mães, casadas, que trabalham desde adolescentes e que ainda estudam. Então tudo teve que ser medido e consertando os erros. O Projeto está sendo ajustado e o aditivo vai permitir um número maior de alunos. É um Projeto que dá certo dentro da comunidade, dentro dos territórios, com questões pontuais, territoriais, conseguindo trabalhar de maneira pormenorizada com 50 jovens dentro de um local, tem impacto, tem resultado. O relatório final está sendo contratado em conjunto com a prestação de contas final e o material será disponibilizado para todos, finaliza a Superintendente. O Sr. Filipe comenta que a proposta da Secretaria sobre o projeto o prazo estava previsto de 24 meses e já está em execução em 18 meses, vai ter o ajuste da bolsa para incentivar os jovens a comparecer e a taxa de evasão pelo relatório levantado para esse novo ciclo tem ficado em 2,3%. No interior 3% e na capital 2%. Os alunos ativos são os alunos com relatório de biometria, só que às vezes o núcleo não abriu, teve tiroteio, não dando tempo para o técnico comentar ou justificar o porquê do problema. As aulas terão reposição e aqueles que não estavam ativos passam a ser ativos. Então o relatório final para a renovação é o que o Filipe tem com os dados mais ajustados, finaliza a Superintendente. O Conselheiro Markus da Apedema pergunta quantos municípios no programa. A Superintendente responde que 32 ou 34 municípios, Fecam e FMA. Neste momento a Sr. Adriana Bocaiuva informa que sentiu dificuldade em achar no link a reunião de hoje, o que melhoria muito a transparência para a participação nessas reuniões. E pergunta

sobre o acesso a alguma previsão mínima orçamentária dos projetos apresentados ou só tem uma contextualização dos objetivos dos projetos. O Sr. Filipe responde que este trabalho já é feito com regularidade e é apresentado ao Conselho mais ou menos uma vez ao ano e que esta gestão vem adotando como compromisso de estar sempre com olhar nas ponderações, nas colocações dos Conselheiros. E será apresentado ao Conselho sobre o ano passado e o andamento deste ano. Neste momento ainda o relatório não está concluído, mas brevemente será apresentado no Conselho. A Sra. Adriana continua e pergunta quanto é feita a apresentação de uma proposta aqui na reunião não há uma discussão orçamentária do projeto que está sendo submetido, só no plano das ideias, não tem uma discrição orçamentária do projeto. A Coordenadora do Fecam responde que essa informação é disponibilizada sete dias antes da reunião para os Conselheiros, ou seja, o plano de ação, o cronograma físico financeiro, todo detalhado como questão da bolsa para os alunos, a quantidade de alunos, o formulário do projeto, são encaminhados para os Conselheiros. E o numero do processo SEI é público, para qualquer pessoa possa acessar e verificar as informações. Com o número do processo SEI, no site do Fecam na parte consulta digita o nome do projeto ambiente jovem vai abrir tudo que foi executado, controle de todos os empenhos, em execução ou cancelado, com bastante transparência. Com relação ao site já anotei continua a Coordenadora, mas não é o Fecam quem faz a atualização é o Proderj, nos entramos em contato com eles passando essas informações. Quanto a agenda da reunião é uma previsão anual, que de acordo com as necessidades dos projetos podem ser antecipadas em um mês ou realizadas mais em um mês. Posso disponibilizar para você o formulário das apresentações, já aqui diante do Conselho peço autorização para disponibilizar as apresentações que são feitas nas reuniões, diz a Coordenadora do Fecam. A Sra. Adriana diz que a proposta é dar transparência ao processo, e informa que representa o Forum Fluminense de Comitês de Bacias. A Sra. Adriana confirma como terá que fazer para acessar a documentação dos processos e reafirma que estes dados estando disponíveis no site facilitaria o trabalho de quem quer acompanhar as deliberações. Fica como sugestão, finaliza a Sra. Adriana e agradece. A Coordenadora prossegue informando que o Ambiente Jovem é um projeto que vem sendo executado desde 2021, e agora é um pedido de complementação. As deliberações das reuniões do Fecam são publicadas no Diário Oficial com o número do processo SEI e o valor do projeto/complementações e as deliberações são disponibilizadas também no site. O site é bem transparente para as consultas. E agora a reunião, a pauta, o horário estamos em contato com o Proderj para tentar melhorar. Finaliza a Coordenadora. O Sr. Filipe agradece a Sra. Adriana pelas colocações e passa a palavra ao Conselheiro Márcio da Apedema que pergunta o nome da Superintendente que fez a apresentação. O Sr. Filipe informa que é Tita, e comunica que a apresentação que a Superintendente fez é uma reivindicação antiga da Apedema. O Conselheiro lembra que a Superintendente falou em manter contatos com empresas, quando ao seu lado poderá abrir todas as portas, o pessoal da Firjan. Prosseguindo comenta que a Superintendente fez muitas menções às ponderações que foram feitas por ele ao projeto. E continua dizendo que no seu entendimento este não é mais um projeto é um programa, um programa ambiente jovem. Então como abrange todo o ERJ solicito para a responsável que fosse alterado para um programa, programa ambiente jovem, que poderia ter um projeto para cada comunidade, mas não seria factível. Então, seria o projeto por município para a área do município do Rio de Janeiro e outros municípios que compõem o Estado. Seria a primeira solicitação, prossegue o Conselheiro Márcio, dizendo que não sabe se a Superintendente concorda. E outra questão é que não há nenhuma menção na apresentação, há sim na explanação do texto, localização, diagnóstico ambiental, resultados esperados, mas no espeço para vincular coparticipantes não há vinculação não citação de continuidade de um projeto iniciado pela Ong. A pergunta da taxa de frequência que tem uma obrigatoriedade de 75%. Porque quando é explanado o projeto é dito que o objetivo maior e que esses alunos, esses treinamentos participem como multiplicadores dentro de suas comunidades. O que se espera é

que os jovens sejam inseridos no mercado de trabalho e se esse jovem recebe um treinamento e se insere no mercado formal, porque no mercado informal não acrescenta nada para a economia do Estado e nem para ninguém, mas no texto diz que seja inserido no mercado formal e informal, acho que foi um equívoco que merece ser corrigido. Então se o jovem se insere no mercado de trabalho se perde o multiplicador, mas não se pode impedir de acontecer e quanto mais rápido o jovem se insere no mercado de trabalho, o efeito multiplicador de perde. Então, quando perguntei de taxa de rotatividade ou turn over, qual o tempo necessário ou interessante que o jovem atuasse na sua comunidade. Porque se ele faz um curso um mês ou dois depois ele vai para outro local foi perdido esse multiplicador nessa comunidade, conclui o Conselheiro Márcio. A Superintendente diz que o Conselheiro foi muito feliz nas suas palavras foi entendido o seu cuidado ao falar, e o Conselheiro está completamente correto no seu raciocínio quando diz que projeto precisa ter a necessidade de dar uma continuidade e isso é uma das lacunas que precisam ser preenchidas na nova fase. Mas vou fazer algumas ponderações, primeiro a Secretaria de Meio Ambiente, então o escopo principal do projeto não é emprego e renda. É lógico que é uma questão importante, e não se está negligenciando esse assunto, não tivemos condições de mapear todos esses jovens, diz a Superintendente, que gostariam de estar inseridos no mercado formal. Têm jovens que se juntaram e abriram um brechó, pegaram peças e entenderam a questão da sustentabilidade e customizaram peças. Houve Conselheiro um movimento natural, um movimento vocacional, alguns territórios eram vocacionados para isso. Jovens que se uniram para fazer música como o do Lins, por exemplo, que fizeram um estúdio com eletroeletrônico, o professor entendia de robótica. Foi algo por acaso, não estava no projeto montar um estúdio como também não estava no projeto alguns jovens se unirem para fazer reciclagem e coleta de óleo e ganharem dinheiro, embora fosse incentivado. O que está se precisando corrigir agora, Conselheiro, é montar formalmente um player, um parceiro, um sistema de parcerias. A empresa Águas do Rio disse que não conseguia acolher todos os jovens, mas consigo na Baixada com um número de dez e aí mais dez dando estágio para quem quiser seguir para a área de saneamento, e também o Inea, foi conversado recentemente para ver nos parques estaduais onde o jovem poderia estar sendo voluntário, conseguindo um emprego ou quem sabe outra maneira para se sustentar, levando em consideração que o jovem não precisa necessariamente seguir um caminho, um caminho da renda. Tem jovem que é dona de casa e gosta de levar na Igreja o assunto de coleta e reciclagem, outro, por exemplo, em Bangu uma menina é empregada doméstica e ela dá palestra na igreja sobre reciclagem por vontade própria. Ela não ganha dinheiro com isso. Tem um menino que é pedreiro e gosta de falar de sustentabilidade, e vem fazendo isso na associação de moradores. Então, existem os movimentos que naturalmente surgem e o que o Estado tem que estar preparado, e concordo que é um programa para orientar no sentido de trazer o SEBRAE, o jovem quem montar uma coleta coletiva e entender como é o negócio e deixar o movimento natural porque o principal é a educação ambiental. Mas entendo as lacunas, diz a Superintendente, concordo com o Conselheiro que precisamos corrigir a questão da continuidade, chamar esses jovens para dar uma continuidade, quer seja em que seguimento for. E também cumpre um papel social, tem jovens que precisam estudar e o projeto dá a opção para entrar em parceria com a educação falar com a Secretaria de Educação e colocar o rapaz, a moça para voltar a estudar, isso é uma questão. Tem meninas, meninos que precisam de educação sexual, são muitos desafios que só se vê quando a caixa preta se abre. Isso foi uma questão bem colocada pelo Conselheiro Márcio, finaliza a Superintendente. O Conselheiro agradece. Em seguida, o Conselheiro Markus da Apedema explica que a primeira parte da fala da Sra. Adriana do Foram do Comitê da Baía de Guanabara ela participou junto com a Apedema da audiência publica e fui lembrado pela Coordenadora Kamylla que ela também esteve na Agroecologia e ambas perguntaram como participar e a minha fala, completa o Conselheiro, foi mais no sentido da sociedade civil, A Apedema estaria ouvindo e trazendo para a reunião as demandas. E quanto à questão do Link,

me desculpo, porque meu acordo com o Conselheiro Márcio, hoje ele é titular, ele replicaria e eu ficaria como suplente, informa o Conselheiro Markus, para ajudar na transparência, na socialização, e desde março do ano passado venho falando sore trazer e levar essa informação ao CDH. Então, continua o Conselheiro, recomendo como a Apedema participa em diversas frentes como com o pessoal da economia solidária, como tem um fórum estadual e vários municípios com seus fóruns municipais de conselho, a Apedema seria uma parceira para algumas dessas ações. É uma sugestão, finaliza o Conselheiro. O Sr. Filipe coloca a complementação do projeto Ambiente Jovem em votação. Todos os Conselheiros aprovam e o Sr. Filipe comunica que o Conselheiro titular do Inea precisou se ausentar mas o suplente o Sr, Daniel está presente à reunião e aprova a complementação do projeto e o Conselheiro Márcio diz que pelas palavras da Superintendente fica claro que é uma das formas de o Estado intervir e apresentar serviços na comunidade, aprovado. O Conselheiro Márcio solicita a Superintendente a reflexão com relação a um programa ambiente jovem. A Superintendente agradece ao Conselheiro Márcio. O Sr, Filipe passa para o próximo item da pauta **– 4.1 – Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Apoio Técnico aos Projetos, Obras e Serviços da Diretoria de Recuperação Ambiental – Dirram no ERJ" – valor da complementação R$ 3.753.283,54 – valor anterior R$ 16.044.731,11 – valor atualizado R$ 19.798.014,65 – Processo: SEI-070002/013471/2021.** O Sr. Filipe passa a palavra para a Dirram/Inea para a apresentação do projeto. O Sr. Ricardo Oliveira, Gerente de Projetos da Dirram/Inea inicia informando que o projeto Apoio Técnico aos Projetos, Obras e Serviços da Dirram foi aprovado no Fecam, já tendo uma complementação e o valor anteriormente aprovado foi de R$ 16.044.731,11. O Contrato está em andamento desde outubro do ano passado, com sete meses de execução contratual. E conforme o prazo de execução, o reajustamento de preço é devido e esta complementação é para atender ao reajustamento. Além disso, o contrato fornece serviços de campo que são basicamente sondagem e levantamento topográficos/batimétricos. A Dirram tem desenvolvido internamente projetos básicos e o previsto inicialmente no contrato não conseguiu atender as demandas da Diretoria. A fiscalização fez o levantamento do passivo e do que será necessário até a conclusão do contrato em outubro deste ano. Os levantamentos necessários chegaram a um aditivo de R$ 3.753.283,54 que precisam ser aprovados por este Conselho, como complementação do projeto. O total que precisaria para a execução do contrato com o valor contratado, com o reajustamento pleiteado chegaria a R$ 19.798.014,65. O Gerente Ricardo mostra uma planilha de alteração de valor e de todos os serviços contratados só os serviços de campo que serão alterados, serviço de topografia/batimetria. Mostra, também, a planilha do esboço do aditivo mostrando a questão do reajustamento contratual, com o índice definido a partir do sexto mês, quando o índice básico completou aniversário de 12 meses, foi feita a aplicação chegando ao valor de R$ 1.256.704,00 contemplando o reajustamento, finaliza o Gerente Ricardo. O Sr. Filipe abre para discussão da complementação do projeto e passa a palavra para o Conselheiro Márcio. O Conselheiro diz que num momento pretérito a Apedema votou paralelamente a esse projeto, mas fica um sentimento, explica, pelas justificativas dos anexos que na verdade está sendo agregada mão de obra a Dirram por tudo que foi escrito nos anexos o sentimento e que se está aumentando o quadro de funcionários da Dirram com este projeto, com este recurso. A Diretoria justifica incapacidade de acompanhamento do projeto se está contratando uma empresa para acompanhar e elaborar projetos que seriam de responsabilidade da Dirram, se está terceirizando a mão de obra sem a permissão para seja feito. Esse procedimento deveria ser encaminhado ao conselho diretor pela Diretoria, essa solicitação de recursos humanos financeiros econômicos para que a Dirram possa desempenhar sua função ou até uma reestruturação da Diretoria. Porque não tenho como enquadrar este projeto através de recursos do Fecam. Li várias vezes, diz o Conselheiro, e interpretei que não podemos enquadrar dentro da Constituição do Estado, art. 263. De maneira geral, continua, acabo caindo em saneamento e meio ambiente. Mas há um parecer da

Procuradoria Geral do Estado que pede que os projetos sejam enquadrados com uma visão restritiva de meio ambiente. Então, o primeiro encaminhamento de voto que colocaria é que fosse ouvida a Procuradoria Geral do Estado com relação a este projeto, porque a percepção é que se está aumentando o quadro da Dirram sem condições de fazer. Isso suportaria melhor meu voto e me daria tranquilidade, prossegue. Reafirmo que a Apedema em algum momento votou favoravelmente, mas tenho essa nova visão pelo que está escrito, explica. Leio, pesquiso, porque não posso ser leviano de fazer algumas afirmativas sem dizer que falo porque li. Coloquei no meu arrazoado que mandei para o Fecam. Mas reafirmo que fiquei com esse sentimento por tudo o que foi coletado do projeto. Então, o meu encaminhamento é que essa votação seja adiada para uma manifestação da Procuradoria Geral do Estado com relação à legalidade deste Projeto. É a minha solicitação, finaliza o Conselheiro Márcio da Apedema. Em seguida, o Sr. Daniel Diretor da Dirram pede a palavra para explicações ao Conselheiro, o que tenha sido uma falha da Diretoria, porque este projeto não é um processo de terceirização de mão de obra, o contrato já está em andamento. O contrato dá apoio à Diretoria. A Dirram tem a equipe fixa que são os funcionários, com o corpo técnico de engenheiros, jurídicos, administrativos e esta equipe é responsável pela elaboração dos documentos, por exemplo, para um projeto básico que foi aprovado recentemente no Fecam, do Imboaçu. A Dirram elabora projetos básicos com a sua própria equipe e o que essa empresa faz é apoiar a equipe do Inea com suportes e subsídios para a elaboração do projeto, como foi colocado pelo Gerente Ricardo. Por exemplo, a Diretoria precisa fazer um levantamento topográfico numa região para elaborar um projeto de canalização de rio, o Inea não tem o corpo técnico de topógrafo e todos os elementos de topografia. A equipe vai a campo e faz um levantamento topográfico para subsidiar a equipe da Dirram para elaborar o projeto; sondagens de solo, a equipe faz a investigação geotécnica e emite um parecer, apresenta um relatório para a equipe de fiscalização do Inea, inclusive o Sr. Ricardo é o fiscal do contrato, explica o Sr. Daniel. E a partir desses documentos a equipe do Inea desenvolve o projeto para permitir a licitação. Além disso, prossegue este projeto quando foi apresentado tinha, inicialmente, tinha basicamente 3 vertentes, o produto em si, relatórios que são pagos com recursos Fecam não é pagamento de homem/hora, são relatórios de apoio aos projetos de engenharia. Com essa informação, equipe de topografia, equipe de análise dos projetos desenvolvidos no Inea, a Dirram elabora o projeto e submete à empresa, a empresa emite o relatório pautado por engenheiros geotécnicos, engenheiros hidráulicos e apresenta o relatório à equipe de fiscalização do Inea. Outro relatório é o de acompanhamento de obras que não transfere responsabilidades dos fiscais da obra para essa empresa. A Dirram tem um corpo técnico de fiscais que são engenheiros formados. Hoje estão em andamento 40 obras e a Diretoria não tem equipe suficiente para acompanhar as obras. A empresa vai ao campo, monta o relatório topográfico, acompanha a execução do cronograma e emite um relatório e entrega aos fiscais das obras. Igualmente faz o acompanhamento dos serviços do Limpa Rio, projeto também aprovado pelo Fecam, que são diversas frente de serviço de limpezas de assoreamento de rios, com várias frente no Estado e essa empresa emite um relatório. O produto em si que é financiado, são relatórios, explica o Diretor Daniel, dizendo que entende a preocupação do Conselheiro Márcio, informando que quando o projeto foi licitado com os recursos aprovados, dando origem ao contrato que está em andamento, foi aprovado pela Procuradoria do Inea que é vinculada à Procuradoria Geral do Estado. E uma das principais análises é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não pode contratar esse tipo de mão de obra, terceirizar mão de obra. A Procuradoria analisou esse escopo de serviço. Na verdade, a leitura deste projeto é o desempenho de serviço de engenharia e não a contratação de mão de obra. Diferente de um contrato que não é financiado pelo Fecam é o serviço de vigilância do Inea. O Sr. Daniel informa que resgatou o parecer da Procuradoria que aprovou o edital de licitação e que originou este contrato que foi apresentado e que poderia encaminhar ao Conselheiro. O Conselheiro Márcio responde que proporia o adiamento dessa decisão e que o projeto fosse

votado na próxima reunião a partir desses elementos que o Diretor vai apresentar. Prossegue, dizendo que não entende como justificativas e solicita que seja votado na próxima reunião. O Conselheiro Peron da Firjan esclarece, para deixar o Conselheiro Márcio mais tranquilo é que no passado, navegou nessa área que é um pouco imprecisa em relação à contratação de recursos. Particularmente já levantei algumas questões em reuniões passadas a respeito da natureza das contratações feitas com recursos do Fecam. Felizmente, continua todas as respostas foram apresentadas e todos os argumentos para o sim da aprovação do projeto. No caso deste projeto não me chamou a atenção essa preocupação, diz o Conselheiro Peron, o entendimento foi exatamente como o Sr. Daniel explicou. Para a execução de um determinado projeto ou de um conjunto de atividades, o Inea e a Dirram precisam de especialistas que não têm em seus quadros e para isso e a execução daquele projeto precisa do relatório, daquela informação especializada ou daquele serviço específico. Numa das primeiras vezes, prossegue que me vi nesta situação a proposta era condicionar o meu voto favorável a uma manifestação formal por parte da Diretoria ou da Secretaria Executiva, apresentando alguma decisão, alguma análise onde essa questão fosse respondida. E até para efeito de se ganhar tempo, não transferir essa pauta para uma próxima reunião, que não tem data para ser realizada, se o Conselheiro Márcio acatar talvez seja uma saída, de que o seu voto seja condicionado a uma manifestação subsequente ou da Procuradoria ou da Secretaria Executiva do Conselho apresentando esses argumentos ou enquadramento de que essa modalidade de contratação pode ser realizada pelo Fecam, pergunta o Conselheiro Peron ao Conselheiro Márcio que responde achar plausível. O Conselheiro Peron diz que o Conselheiro Márcio está substituindo-o nos questionamentos, mas tudo bem, tranquilo. E só para ganhar velocidade na resposta e como o Conselheiro está participando de uma primeira reunião com muita coisa nova e muita informação e uma reunião nos ensina a participar e se o Conselheiro Márcio estiver confortável com esse encaminhamento, se você disser que concorda com o princípio, diz o Conselheiro Peron, mas gostaria das justificativas da Procuradoria, da própria Dirram e se o Sr. Daniel puder compartilhar com os Conselheiros. O grande objetivo dos Conselheiros é ter um projeto aprovado, mas lembrando que depois é o nosso CPF, continua que vai ser questionado, então só se precisa ter mais segurança para aprovação, conclui o Conselheiro Peron. O Conselheiro Márcio concorda, mas nas suas explanações a Diretoria não tem expertise para determinada especialidade que é resolvido com treinamento do seu pessoal porque a Dirram é responsável regimentalmente pela elaboração deste projeto. Mas coloquei no meu encaminhamento por escrito pedindo a manifestação da Procuradoria do Estado, mas aceito a sua propositura, diz o Conselheiro, voto com esse senão com a apresentação por que isso é para todos nós Conselheiro. Mas estou de acordo com esse encaminhamento da documentação, mas gostaria de ressaltar, de reafirmar minha preocupação, mas estou de acordo. O Sr. Filipe solicita um informe ao Sr. Daniel para ser apresentado na próxima reunião sobre o assunto que foi levantado, para a total transparência de que o projeto está sendo implementado dentro da diretriz que o Conselho espera que seja executado. O Conselheiro Markus diz que pode ser um voto com ressalva e que vai ser complementada com o encaminhamento solicitado. O Sr. Filipe abre para votação do projeto com o seguinte encaminhamento, pela aprovação ressalvada a necessidade de a Dirram apresentar um informe, uma manifestação acerca do enquadramento do projeto de não se trata de terceirização de mão de obra como foi apontado pela Apedema. O projeto é aprovado por todos os Conselheiros com a ressalva apresentada. Continuando, o Sr. Filipe passa para **o item 4.2 – Proponente: DIRRAM/INEA – Projeto "Recuperação Ambiental das Margens dos Corpos Hídricos no ERJ" – valor da complementação R$ 49.639.880,88 – valor anterior R$ 41.622.402,00 – valor atualizado R$ 91.262.287,88 – Processo: SEI-070002/001658/2023/2021.** Mais uma vez com a palavra o Gerente Ricardo da Dirram/Inea, que inicia comunicando que esta é uma complementação de um projeto aprovado de recuperação ambiental das margens dos corpos hídricos do ERJ. O objeto foi contratar uma empresa para elaborar projetos e executar obras de reparação ambiental nas margens dos

corpos hídricos. Inicialmente o projeto foi dividido em seis frentes. É um projeto para todo o Estado. Serão contratos diferentes para cada frente e cada frente composta por uma ou duas regiões hidrográficas. A primeira pela RH I e II, a segunda RH III, a terceira RH IV e VII, a quinta pela RH VI e VIII e a última com a RH V. Essa divisão foi feita baseada no tamanho das regiões e dos municípios com os históricos da Dirram da necessidade ou não de se manter uma frente com uma ou duas regiões. O objetivo geral é a contratação de empresa especializada para executar o projeto, tendo como objetivo específico minimizar as inundações, reduzir o lançamento de lixo urbano e resíduos sólidos nos corpos hídricos, prevenir a proliferação de vetores, e principalmente evitar a ocupação nas margens dos rios. As atividades previstas são: plano de trabalho, a Dirram vai contratar uma equipe para levantar as áreas. A Dirram já atua no Limpa Rio, que são dois programas: limpeza com máquinas e a limpeza manual que depende do tamanho do coro hídrico, uns são menores e só se consegue fazer a intervenção de forma manual ou com maquinários muito pequenos. Ao contrário têm rios que permitem as máquinas maiores, escavadeiras e outros similares para fazer o serviço. Feito o serviço do Limpa Rio, a equipe vai a campo fazer um planejamento para propor as intervenções, que são os levantamentos topográficos, planialtimétricos e cadastro, serviço de sondagem e diagnosticar e caracterização das frentes de trabalho. Feito o diagnóstico e o levantamento de campo inicia-se a elaboração do projeto, que envolve a urbanização, a proteção e contenção das margens, reparo das redes de micro drenagem e por fim o reflorestamento com o replantio de árvores no local. As etapas para a execução das obras são: locação da obra; limpeza e desobstrução das margens; cercamento das áreas; urbanização com instalação de mobiliários urbanos, mesas, bancos, academias de ginástica para a terceira idade, brinquedos; a pavimentação, que não é pavimentação de vias, é pavimentação colocando um piso intertravado para fixação de água no local da intervenção construindo mobiliários. Não será uma praça, mas será uma ocupação para uso da população. Terá ainda, continua o Gerente, a recuperação das redes de micro drenagem, contenção das margens, paisagismo e reflorestamento. E por fim o As Built que é o conjunto de desenhos representativos de como efetivamente foram executadas as obras, incluindo eventuais modificações necessárias. Em seguida o Gerente mostra uma foto de uma margem preservada após a intervenção. O resultado esperado é que após as intervenções do Limpa Rio, fazer as intervenções de recuperação das margens, evitando o lixo e a ocupação indesejada é que a partir do momento em que passa o Limpa Rio seja utilizada máquina ou seja de modo manual. O Gerente Ricardo mostra várias ações de intervenção para os Conselheiros verem como ficam as margens após as ações do Limpa Rio. Este projeto é justamente a urbanização de uma forma que tenha a possibilidade ambiental mais adequada e impeça a poluição ou reocupação indesejada. E a questão das contenções pontuais, o Gerente mostra a foto de um dano num trecho pontual onde fica inviável a contratação para recuperar só aquele trecho. Este contrato já prevê a contenção e a recuperação das margens para essas intervenções pontuais. Prosseguindo, explica o Gerente, os itens adicionados para a complementação do projeto são a contenção do gabião; contenção utilizando estaca raiz, plantio de grama, guarda-corpo, recuperação de rede de micro drenagem, porque não adianta fazer limpeza do corpo hídrico e deixar a calha pronta para receber o deflúvio. Essa recuperação de rede é uma recuperação simples, pontual, para não perder a funcionalidade do que já existe. Finalizando, esses serviços foram acrescentados havendo uma alteração de valor que está se pedindo para essa complementação. Todas essas RHs, todas essas frentes têm o mesmo valor e a previsão de 15 milhões e duzentos mil reais para todas as frentes, com os mesmos serviços, as mesmas ações. O valor anteriormente previsto era de R$ 41.622.402,00, passou para R$ 91.262.282,88, precisando da complementação no valor de R$ 49.639.880,88. Este valor já contempla o reajustamento a ser aplicado durante a execução do contrato, que é uma obrigação contratual segundo as minutas da Procuradoria Geral do Estado, a partir de 12 meses não da assinatura do contrato, mas da data base do orçamento é obrigação contratual

fazer o reajustamento. Esses valores estão previstos na complementação solicitada. O Sr. Filipe agradece pela apresentação e coloca para discussão a proposta de complementação do projeto. O Conselheiro da Seplag pergunta se essa proposta de complementação e se essas obras serão executadas. O Gerente Ricardo responde que as obras que serão licitadas prevêem o projeto e a execução das obras. Este é um programa de manutenção dos corpos hídricos, a Dirram está fazendo a primeira etapa que é a execução do desassoreamento e limpeza dos corpos hídricos que pode ser de forma manual ou de forma mecânica utilizando máquinas. Já existe um programa aprovado pelo Fecam chamado “Limpa Rio”, diz o Conselheiro Peron. O Gerente Ricardo continua dizendo que a Dirram está fazendo a parte de recuperar essas máquinas. O valor aprovado para o Limpa Rio que é o desassoreamento utilizando máquinas é de 210 milhões de reais para todo o Estado. Tem áreas que têm intervenções mais drásticas que são boras de macrodrenagem, é o caso de São Gonçalo e com a manutenção só de devolver a capacidade natural do rio. O Sr. Filipe passa a palavra para o Diretor Daniel que gostaria de complementar as explicações do Gerente Ricardo. Este programa é preventivo explica, a ideia principal associada ao programa limpa rio. A Dirram promove um projeto que é o “Limpa Rio”, com máquinas que fazem limpeza, tira lixo, sedimentos dos corpos hídricos. Existiu um programa chamado Limpa Rio Comunidade, que nada mais é que a limpeza do rio só que de forma manual, porque existem diversas regiões do Estado, regiões urbanas, que têm casas nas duas margens do rio, caso do rio Imboaçu, que contribuem com diversos tipos de resíduos dentro da calha do rio, e a máquina, uma escavadeira hidráulica não consegue ter acesso para limpar. E o que é feito, a Dirram entra om uma equipe manual, que são pessoas com EPI e fazem a retirada desses resíduos para que o rio continue com a sua capacidade de escoar. Este projeto que está sendo submetido é um trabalho preventivo. Quando se encontra uma área que esteja com sua margem livre, desocupada, faz-se a limpeza, retira-se todos os tipos de resíduos que estão dentro das calhas e das margens dos rios. E a ideia principal é ocupar essas margens com algo que evite a edificação de residências nessas margens. Ou seja, se tem uma área rural, não se coloca uma edificação, uma praça, um guarda-corpo, o que se faz o replantio de vegetação nativa, para evitar que novas edificações sejam construídas. Em outra ponta tem as áreas urbanas que a ideia é ocupar com um guarda-corpo, academia da terceira idade, numa área que esteja na margem de um rio, desses corpos hídricos, de forma que numa eventual necessidade de entrar com um equipamento se consegue entrar por se tratar de uma área livre com alguns mobiliários em detrimento à construções de edificações, porque uma vez construídas nessas margens é muito difícil tirar porque entra outras legislações que regem sobre moradias. Então a ideia do projeto é algo preventivo, evitar que as margens dos rios sejam ocupadas com edificações, evitando o avanço de favelização, dessas edificações desordenadas nas margens dos rios. A ideia principal são duas vertentes a recuperação de margens em áreas urbanas como regiões em São Gonçalo, Baixada Fluminense e Rio de Janeiro, e em áreas que são abertas, que são rurais se entra com equipamentos de vegetação nativa, de naturalização dos rios. O Sr. Filipe passa a palavra para o Conselheiro Márcio passa para a Sra. Adriana Bocaiuva que agradece e faz duas perguntas, de como foi feita a escolha desses pontos dos cursos d’água que sofreram essas intervenções e a segunda pergunta se há alguma previsão na região hidrográfica da baía de Guanabara para algum valor desse projeto para o sistema lagunar de Jacarepaguá? E porque pergunto isso, diz a Sra. Adriana? Existe uma previsão da Iguá de fazer uma intervenção na lagoa, seria cerca de 250 milhões com o valor total e a preocupação quanto a possibilidade, referindo especificamente a Baía de Guanabara não ao Fórum Fluminense, que é muito pouco. Então, é se é possível conseguir somar esforços efetivamente, dando o devido volume de investimento para sanear os problemas ali contemplados em todos os estudos feitos até o momento. O Conselheiro Márcio prossegue e diz que a sua pergunta vai corroborar a preocupação da Sra. Adriana. O Conselheiro diz que fez nas suas ponderações formais percebe, já respondendo a Sra. Adriana, isso vem de uma

decisão de uma resolução do CRH de 2013 e inclusive fez essa ponderação que essa relação deveria ser revisitada ouvindo os CDHs, porque algumas intervenções já podem ter sido executados ou outras áreas de prioridade que em 2013 apresentasse uma situação e agora a realidade é outra. Essa foi uma ponderação, mas isso veio de uma resolução CRH de 2013, já tem dez anos é muito tempo e que os Comitês de Bacia poderiam ser ouvidos porque têm os plenos de ação, existe o plano diretor como coloquei anteriormente, que obrigatoriamente tem que ser apresentado pela vencedora da concessão. Então para verificar tudo isso, porque considerando o axioma os recursos são limitados e as necessidades são enormes. Frente a isso, acho que faria sentido sim essa eficiência na aplicação dos recursos frente a esses atores, as empresas vencedoras, os planos de bacia, as prefeituras e os recursos do Fecam, conclui o Conselheiro Márcio. O Diretor Daniel explica que é uns dos fatores que sim, essa preocupação na questão dos 250 milhões que é o encargo da concessionária uma das ações que está sedo estudada pela concessionária, que é passível de licenciamento pelo Inea, é um projeto estratégico para o Governo do Estado. O que a concessionária apresentou como ação para esses recursos que fazem parte dos seus encargos, é a dragagem do sistema lagunar de forma a aumentar o espelho d'água do sistema, do complexo, e trazer as melhorias que permitirão a troca hídrica entre o mar e a lagoa. Então o que foi colocado pela Sra. Adriana é um fato, é prudente e uma vez que a intervenção, o passivo que existe no complexo lagunar é tão grande que esses 250 milhões, numa maneira inicial, se mostraram insuficientes para trazer a melhoria que se espera para o complexo lagunar. O que será feito, prossegue o Diretor, esse projeto pode totalmente aglutinar com as ações promovidas pela Iguá, por exemplo, uma das ações que podem ser observadas são de cargas de efluentes no complexo lagunar. São diversos dos rios que chegam ao complexo, passam por dentro de comunidades, Cidade de Deus, Pavuna, o rio Anil, passa por dentro do Rio das Pedras. A ideia da Dirram, como está a ocupação desses rios que contribuem para a lagoa, de uma maneira se consegue enxergar de uma maneira prática como evitar, entrando nessas comunidades, tentar encontrar uma área que ainda não foi ocupada, que é difícil, e evitar que sejam construídas casas. O que se observa é que são construídas edificações e que muitas vezes tem esgoto, contribuição de carga de efluentes nesses rios que por ventura chegam no complexo lagunar. A ideia que se está estudando em parceria com a Iguá, outros projetos no âmbito do saneamento, que é melhoria da qualidade da água daquele sistema para que seja estudada de uma forma integrada, de que Iguá e o Estado consigam a melhoria desse complexo lagunar. E falando especificamente deste projeto é evitar que cheguem novas contribuições, novas casas e mais cargas de efluentes nos corpos hídricos no Estado como um todo, incluindo o sistema lagunar. O projeto entrará, por fazer parte da RH V, nas comunidades do entorno do complexo lagunar. O Sr. Filipe agradece e pergunta se alguém gostaria de acrescentar mais alguma coisa. Nesse momento, o Conselheiro Márcio diz que o Diretor não fez nenhuma referência sobre revisitar essa lista, essa redução. O Diretor Daniel esclarece que em relação a Dirram integrar as ações do Fecam quanto do Estado com os Comitês de Bacia é fundamental, é perseguido pela Dirram, por que? Os Comitês de Bacia sabem muito mais que a Diretoria as necessidades de cada região. E justamente por isso a Dirram pensou em fazer essas contratações seccionadas por regiões hidrográficas, RH V, caso o projeto seja aprovado, a Dirram irá conversar com os Comitês da Baía de Guanabara, Subcomitês das lagoas da Barra para entender quais são as áreas que entendem como prioritárias para se estar atuando e em parceria e cada vez mais ter melhorias na qualidade da água. Então, a estratégia foi justamente pensando nisso que a Dirram aglutinou algumas regiões hidrográficas para facilitar a contratação, pensando logisticamente as atuações, mas sem dúvida nenhuma sentaremos com os Comitês para estar atuando nesse sentido, continua o Diretor Daniel, que enxerga este projeto como uma continuidade do Programa Limpa Rio, que funciona dessa forma, os Comitês demandam oficialmente, participação em Comitês sempre que tem reuniões para que se possa mostrar os avanços, as melhorias, as ecobarreiras que estão situadas em algumas regiões, mas é

fundamental porque os Comitês têm essa visão, sabem quais as regiões críticas e em paralelo com a Dirram via se tentar com as empresas, caso se consiga este recurso, discutir sobre as regiões estratégicas que a Dirram está atuando. O Sr. Filipe diz que fica uma sugestão para a Sra. Adriana que está representando os Comitês de Bacias com uma aproximação maior com o Inea, para alinhar essas questões, essas propostas. Prosseguindo, coloca em votação a complementação do projeto que foi apresentado. A complementação é aprovada, com a ressalva proposta pelo Conselheiro Mário de revitalização da lista de 2013 até porque no projeto foi apresentado as regiões hidrográficas, mas não os rios que sofreram intervenção. Então, penso que isso pode ser revitalizado sem alterar qualquer questão fundamental da votação, finaliza o Conselheiro. O Sr. Filipe declara, então o projeto aprovado pelos Conselheiros. Indo para as considerações finais, gostaria de agradecer a todos que atenderam o nosso pedido de primeira reunião presencial pós pandemia e agradecer ao Conselheiro Márcio e parabenizar pelas suas colocações que têm sido bastante relevantes para este Conselho e a Sra. Adriana obrigado pela sua participação. O Fórum dos Comitês de Bacias será sempre bem-vindo para acompanhar as reuniões deste Conselho. O Conselheiro Márcio diz que gostaria de agradecer a recepção e a receptividade pela paciência de ser ouvido, porque existem dois tipos de pessoa o otimista e o pessimista, e por característica sou pessimista diz o Conselheiro, acho que o uso do cachimbo faz a boca torta, uns são russonianos e outros robinianos, eu sou robiniano diz o Conselheiro e agradece pela recepção e pelas apresentações dos técnicos da Dirram e do Inea. O Sr. Filipe declara a reunião encerrada.

PHILIPE CAMPELLO COSTA BRANDI DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho Superior do Fecam

JORGE VICENTE PERON
Representante titular da Firjan

MÁRCIO FERREIRA AGUIAR
Representante Titular da Apedema

MARCUS WOLFJDUNKELL BUDZYNKZ
Representante Suplente da APEDEMA

RAPHAEL GONÇALVES DE CARVALHO
Representante Titular da Seplag

DIANA CHRISTOVAM DE MOURA
Representante Suplente da Seplag